

Constituintes temem o retorno da inflação alta

BRASÍLIA — Enquanto a Assembleia Nacional Constituinte não começa a discussão sobre os temas constitucionais, os parlamentares demonstravam ontem preocupação com as novas medidas econômicas adotadas pelo Governo. Eles se declaravam apreensivos com a possibilidade do retorno dos altos índices inflacionários e com o desvio das atenções da Assembleia para as questões econômicas.

O Senador Mário Covas (PMDB-SP) é um dos que prevêem uma tendência de retorno do processo inflacionário. A mesma opinião tem o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), para quem as novas medidas econômicas não passam de "remendos" a uma política que vem sendo adotada desde o ano passado. Távora lembrou que a edição do Plano Cruzado ocorreu quando o Governo estava pressionado por uma inflação de 15 por cento e agora o realinhamento de preços é decidido quando o índice atinge 17,5 por cento e há uma falta generalizada de produtos.

O Deputado Guilherme Afif (PL-SP) acha que o realinhamento de preços não é suficiente para resolver a crise econômica que o País atravessa. Ele considera importante uma alteração da política monetária e espera que o Governo passe a se comportar como um indivíduo ao elaborar o seu orçamento.

Quando ele encontra um déficit, deve contrair um empréstimo que depois tenha condições de pagar. Se fabricar dinheiro, é preso como falsário. O Governo deveria fazer o mesmo e não continuar a emitir títulos e papel-moeda.

Por sua vez, o Deputado Álvaro Valle (PL-RJ) afirma que as novas medidas fazem com que o País "se retire de um sistema de opressão



Dornelles considera natural o realinhamento anunciado pelo Governo

para uma tentativa de controle anárquico da estrutura de preços". E concorda que a situação econômica está melhor do que antes, mas considera ainda excessivo o controle do mercado pelo Estado. Por isso, Valle acha que o Congresso Nacional — tão logo retorne às suas atividades — deve realizar um grande debate sobre a crise econômica.

O Líder do PT, Luis Ignacio Lula da Silva, vai mais longe e defende a influência da própria Assembleia Nacional Constituinte nas questões econômicas. Tanto ele quanto a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) acham que o Governo se curvou às pressões do empresariado.

Já o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) considera natural o realinhamento de preços. Segundo ele, o Governo estava pressionado pela elevação das taxas de juros, aceleração

das desvalorizações cambiais e pressão salarial. "Se não fossem adotadas essas medidas econômicas, as empresas privadas estariam numa situação difícil", afirmou Dornelles, concordando que haverá uma alta da inflação nos próximos meses e "para diminuir os seus efeitos é necessária uma política monetária e fiscal mais rígida".

O Deputado Hélio Duque (PMDB-PR) também defendeu o realinhamento de preços, "uma decisão que deveria ter sido adotada pelo menos há 6 meses e que marca o início de um reajustamento da economia".

Esta posição não é compartilhada pelos Deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ). Ambos consideram o realinhamento de preços uma consequência do "fracasso do Plano Cruzado" e defendem o tabelamento dos juros para conter a inflação.

Gasparian diz que Sarney quer baixar os juros

BRASÍLIA — Seis dias antes da reunião em que a Executiva do PMDB reafirmará posição em favor do controle da taxa de juros, além de alinhar outras propostas de política econômica, o Presidente Sarney avisou ontem que aguarda soluções da área econômica para conter a crise, nos próximos 15 dias. A informação foi transmitida pelo próprio Sarney ao Deputado Fernando Gasparian (SP), membro da Executiva do PMDB.

Segundo o relato de Gasparian, o Presidente disse que a alta das taxas de juros é o problema que mais o preocupa hoje, sobrepondo-se até mesmo aos problemas políticos.

Gasparian disse a Sarney que se persistirem esses patamares dos juros haverá recessão e desemprego, porque a alta das taxas está realimentando a inflação e subvertendo a distribuição de renda promovida pelo Plano Cruzado.

Para o Deputado, o aumento dos juros foi o fator que mais desestabilizou o Plano Cruzado. Disse que o Governo começa a coonestar com a política financeira, na medida em que aceita essa alta.

A distribuição de renda vai agora reverter-se, acrescentou, porque a inflação vai disparar numa velocidade que não dará tempo aos assalariados de se defenderem contra o realinhamento dos preços. Gasparian defende a manutenção de uma taxa de juros de dez por cento ao ano.



Vivaldo Barbosa examina o documento preparado por Fernando Henrique

Substitutivo impede que a atual Carta seja modificada

BRASÍLIA — No substitutivo que redigiu para apresentar ontem ao plenário da Constituinte, sobre as normas preliminares de funcionamento da Assembleia, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) rejeitou todas as emendas sobre o poder dos Constituintes de alterar ou suspender dispositivos da atual Constituição. O Senador justificou sua decisão afirmando que a questão da soberania da Constituinte deve ser definida no Regimento Interno.

Não aceitei nenhuma proposta que não fosse regimental, deixando de fora as questões substantivas como esta, porque algumas implicam em decisões que não podem ser tomadas agora — explicou Fernando Henrique, esclarecendo que o fato de não ter tratado da soberania em seu substitutivo independe de sua opinião a respeito do tema.

O relator das normas preliminares expressou, entretanto, seu entendimento de que a Constituinte foi convocada apenas para elaborar uma nova Constituição, e não para se ocupar do texto atual.

Fernando Henrique virou a noite estudando as 72 emendas que propõem 165 modificações no projeto elaborado pelas lideranças. O assunto iria ser discutido pelo plenário a partir das 14 horas, mas a sessão, aberta com a presença de apenas 17 Constituintes, acabou sendo adiada para as 20 horas, porque o trabalho do relator não havia ainda sido publicado. O Senador negou que o adia-

mento tivesse sido causado pelo temor de críticas às novas decisões econômicas.

— Quem quer encontrar chifre em cabeça de cavalo, acaba encontrando. Ninguém está preocupado em obscurecer qualquer discussão. Trabalhei muito, com seriedade.

Fernando Henrique disse que há necessidade de uma definição urgente dessas normas. A tarde, poucas horas antes do início da sessão, ele manifestou sua expectativa de que o assunto seria resolvido ainda ontem, mas fez uma ressalva:

— O processo legislativo, às vezes, é moroso. Precisa ser moroso, para que expresse a vontade de todos os Constituintes — disse, alertando que é de sua exclusiva responsabilidade o substitutivo, não havendo mais o consenso das lideranças.

O Senador explicou que conversou com alguns líderes sobre o seu trabalho, tentando incluir todas as emendas viáveis, de forma a que o resultado fosse "o mais aberto possível". A Ulysses Guimarães, relator dos pontos principais do substitutivo, que qualificou de "mais preciso" do que o projeto original. Na verdade, o Senador não promoveu mudanças substanciais no primeiro texto. Apenas explicitou melhor algumas normas, entre elas o fim do voto de liderança, o direito à palavra por todos os Constituintes e a possibilidade de a imprensa circular pelo plenário.

'Progressistas' se reúnem e começam a articular

BRASÍLIA — A necessidade de se privilegiar a ordem social e econômica durante os debates na Constituinte foi constatada ontem por setores parlamentares ditos progressistas, que se reuniram informalmente para verificar a possibilidade de desenvolver uma ação conjunta em assuntos considerados fundamentais à nova Constituição.

A reunião representou o início das articulações das autodenominadas forças democráticas e de esquerda que visam a garantir avanços na nova Constituição. Ela participaram a bancada do PDT e representantes do PT e da ala "progressista" do PMDB.

Embora tenham colocado em pau-

ta temas de natureza mais abrangente, o encontro serviu principalmente para discutir a questão do Regimento Interno provisório da Constituinte.

— Vamos centrar fogo nas matérias que dizem respeito à soberania da Constituinte — frisou o Líder do PDT, Brandão Monteiro.

O consenso que os participantes da reunião conseguiram obter permitiu projetar uma expectativa otimista quanto ao entendimento em outras matérias. A Deputada peemedebista Cristina Tavares (PE) disse que se avaliou preliminarmente a boa vontade das esquerdas em articular-se entre si e abrir-se aos setores democráticos.



Brandão Monteiro, Líder do PDT

Moreira Alves divulga parecer pedido pelo PL

BRASÍLIA — O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Moreira Alves, divulgou hoje o parecer sobre o pedido de interpretação de lei feito pela liderança do Partido Liberal sobre a vigência dos preceitos atuais até a promulgação da nova Constituição.

O pedido do PL, encaminhado pelo Deputado Álvaro Valle, reabre a questão de ordem apresentada durante a sessão de eleição da Presidência da Constituinte quanto ao voto dos Senadores eleitos em 1982.

Esquerdas fracas sofrem seis derrotas consecutivas

ROBSON BARENHOS

BRASÍLIA — A rejeição da tese de que a Assembleia Nacional Constituinte pode alterar gradualmente a atual Constituição, desprezando o Congresso e a promulgação integral da futura Carta, determinou ontem a sexta derrota consecutiva dos parlamentares autodenominados "progressistas" ou "de esquerda". Desde domingo, as sucessivas sessões da Constituinte definem com absoluta clareza a ampla maioria formada pelos parlamentares identificados como "conservadores" e "de centro".

A esquerda ainda não conhece exatamente o seu tamanho, mas a maioria dos constituintes já relegou à condição de simples bloco do barulho o conjunto de representantes daquele segmento.

Os parlamentares progressistas ou de esquerda,

que estavam entre os defensores da tese do funcionamento exclusivo da Constituinte, amargaram sua primeira frustração na manhã de domingo, quando o Senado elegeu sua Mesa Diretora. Foi parcial essa primeira derrota — grande parte dos defensores da "Constituinte exclusiva" queria apenas a prioridade da Assembleia sobre as atividades da Câmara e do Senado, o que é provável.

A segunda batalha foi travada na eleição para a Presidência da Câmara, na qual os progressistas jogaram seus votos majoritariamente em Fernando Lyra, contra o Deputado Ulysses Guimarães. Ulysses venceu com vantagem de 144 votos. Um dia depois da instalação da Constituinte, mais duas derrotas: o PCB e o PT queriam evitar que os senadores eleitos em 1982 participassem da Constituinte e, ao lado do PC do B e do PDT, patrocinaram a

candidatura de Lysnéas Maciel à Presidência da Assembleia.

A proposta de excluir os senadores da formulação da futura Constituição foi repelida pelo plenário: 394 votos contra 126. A antecandidatura de Lysnéas Maciel (PDT-RJ) foi liquidada por uma diferença de 365 votos. Deu 452 contra 69.

Ontem somou-se a essas quatro batalhas nova luta perdida: a proposta formalizada na véspera pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PR), em favor da substituição gradual dos atuais dispositivos constitucionais pela Assembleia e não pelo Congresso, virou matéria de arquivo.

Os progressistas já devem saber que terão na Constituinte espaço para lutar. E que faltam muitos votos para vencer as lutas. O risco de isolamento está mais próximo do que a perspectiva de aprovação de suas propostas.

Ala peemedebista ainda não se articulou

BRASÍLIA — A agitação que tomou conta do Congresso Nacional, desde que se instalou a Assembleia Nacional Constituinte, ainda não permitiu aos setores progressistas terem a exata dimensão do universo com o qual poderão trabalhar articuladamente, para garantir avanços na Constituição. Essa desinformação é fruto principalmente da falta de articulação da ala

progressista do PMDB, que ainda não começou a se organizar.

Algumas tentativas no sentido de se identificar o grupo progressista já foram feitas. As eleições para as Presidências da Câmara e da Constituinte, bem como a votação da proposta do PT e do PCB que visava à exclusão dos senadores eleitos em 1982 da Constituinte, são os três referenciais — imprecisos — que

os peemedebistas têm para quantificar o setor mais avançado do partido.

Parlamentares ligados ao Deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) dizem que ele já conseguiu avaliar o número de peemedebistas que votaram no seu nome para a Presidência da Câmara: teriam sido cerca de 50. No episódio dos senadores, esse número teria subido para quase cem.

Deputado tem aumento para viagem aérea

PÓRTO ALEGRE — Os Deputados estaduais gaúchos recebem um novo aumento salarial a partir da próxima segunda-feira, quando entram em vigor os novos valores das passagens aéreas. Dos atuais Cz\$ 77 mil que recebem, os Parlamentares passarão a receber mais de Cz\$ 81 mil, com um aumento proporcional à majoração das tarifas.

O 3º Secretário da Mesa da Assembleia, José Fortunatti (PT), declarou-se contrário à medida e disse que o atual salário já é muito alto e pediu que seja revogado um aumento de 25 por cento autorizado pela Mesa diretora anterior.